



Revista de Políticas Públicas

E-ISSN: 2178-2865

revistapoliticaspUBLICASUFMA@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Prada, Talita; Teixeira Garcia, Maria Lúcia
AS REDES DE POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
Revista de Políticas Públicas, vol. 20, núm. 2, 2016, pp. 759-780
Universidade Federal do Maranhão
São Luís, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321149853019>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



AS REDES DE POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Talita Prada¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Maria Lúcia Teixeira Garcia²

Universidade Federal do Espírito Santos (UFES)

Resumo

O artigo busca identificar os sentidos atribuídos às redes de políticas sociais, descrevendo as perspectivas utilizadas e interrogando sobre o debate do tema no campo da educação. Realiza pesquisa bibliográfica nas bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Scientific Electronic Library Online, com as palavras-chave: rede de apoio, rede de proteção, trabalho em rede, educação e direitos. Analisa treze dissertações e um artigo de 1049 textos selecionados, os quais apresentaram diversidade dos termos rede. Conclui que a rede aparece de forma complementar, e não contraditória, mas insuficiente dentro de uma perspectiva crítica, surgindo como funcional ao sistema capitalista, não superando a sua aparência. Enfatiza que na educação essa tendência se confirmou e evidenciou a necessidade de aprofundar o debate pela perspectiva crítico-dialética.

Palavras-chave: Política social, redes, educação.

¹ Assistente Social. Mestre em Política Social. Assistente Social no Campus Eunápolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). E-mail: talitaprada@yahoo.com.br | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA Av. David Jonas Fadine, Dn., Bairro Rosa Neto, Bahia; CEP: 45823-435

² Assistente Social. Doutora em Psicologia Social. Bolsista de Produtividade do CNPQ e Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES). E-mail: lucia-garcia@uol.com.br | Universidade Federal do Espírito Santos - UFES Av. Fernando Ferrari, 514, ED II, Goiabeiras CEP: 29075-910

THE SOCIAL POLICIES NETWORKS AND THE EDUCATION POLICY

Abstract

The article aims to identify the senses assigned to the social political network, describing the perspectives used and questioning about the debate of the theme in the education field. Uses a bibliographical research in the Brazilian Digital Library data base of the Theses and Dissertations and Scientific Electronic Library Online, with the keywords: support network, network protection, networking, education and rights. It analyzes thirteen dissertations and an article of 1049 selected texts, which presented diversity of the network terms. It concludes that the network appears in a complementary, not contradictory, but insufficient way within a critical perspective, appearing as functional to the capitalist system, not surpassing its appearance. It emphasizes that in education this tendency was confirmed and evidenced the need to deepen the debate from a critical-dialectical perspective.

Key words: Social policy, networks, education.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é identificar os diversos sentidos atribuídos às redes de políticas sociais, descrevendo quais perspectivas são utilizadas e se há um debate sobre o tema na área da educação.

A questão das redes de apoio, trabalho em rede ou articulação em rede tem sido tema recorrente nas mais diversas áreas da política social como educação, saúde e assistência social. (BENDINELLI, 2012; BRAGA, 2011; OLIVEIRA, 2009; PIRES, 2013; SOLVA, 2008).

Entretanto, muitas vezes o sentido desses termos não é problematizado, como propomos neste artigo. Realizamos para isso, pesquisa bibliográfica, utilizando o banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o banco de dados da Scientific Electronic Library Online (Scielo).

Foram escolhidas como descritores de pesquisa as palavras: redes de apoio, educação e direitos. Tais descritores identificaram 1049 pesquisas; na maioria delas, porém, após a leitura dos títulos e alguns resumos, percebemos que a rede enquanto acesso aos serviços públicos não aparecia. O descritor redes de apoio foi utilizado no intuito de se limitar às redes buscadas, uma vez que devido à abran-

gência do termo rede isso poderia ser um obstáculo para o alcance do nosso objetivo.

Nesse sentido, optamos primeiramente por redes de apoio, pois descreve melhor nosso objeto de pesquisa. O descritor educação foi utilizado em virtude de se buscar perceber como tem sido pensado tal tema na política de educação. Já o descritor direito foi escolhido pela análise do nosso trabalho dentro da perspectiva de acesso a direitos.

Utilizando o cruzamento dos três descritores conseguimos identificar um total de 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) dissertações e teses na BDTD e nenhum artigo acadêmico na Scielo. Dessas dissertações e teses, surgiram apenas 12 (doze) que identificamos por meio do título e resumo uma ligação com a rede de políticas sociais, já que as demais na maioria das vezes estavam ligadas a outras áreas de conhecimento, como ciências exatas, tecnologias, área médica e áreas afins.

No intuito de aprimorar nossa busca, trocamos o descritor rede de apoio para o descritor rede de proteção. Encontramos 93 (noventa e três) dissertações e teses das quais 3 (três) poderiam corresponder também a aspectos de nosso estudo por abordarem a questão da rede, articulada com alguma política social setorial. Alteramos mais uma vez o descritor para trabalho em rede, e dos 500 (quinhentos) trabalhos que apareceram, 6 (seis) estavam relacionados ao nosso objetivo. Com esse descritor ainda foi encontrado um artigo acadêmico na Scielo.

Vale ressaltar que a utilização dos diversos descritores teve como intuito verificar a existência de algum descritor que estabelecesse uma abrangência mais próxima com a questão da abordagem deste artigo. Ao final desse processo o corpus empírico ficou constituído por treze dissertações e um artigo que trabalhavam a rede relacionada à política social.

A análise dos trabalhos foi feita pela análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Inicialmente os dados foram organizados em quadro contendo autor, o conceito de rede utilizado, os autores referenciados na definição e quais os termos centrais do conceito para a comparação dos resultados, de acordo com as similaridades, divergências e complementaridades presentes nesses conceitos, sistematizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Pesquisas analisadas

Título	Nível	Programa	Área de conhecimento	Autor	Ano
1 Melhorias nas Condições de Vida – Análise de uma Rede Social	Mestrado	Programa Mestrado em Educação e Saúde	Saúde	GUERRA, Gladys Mary Costa.	2006
2 Redes Sociais Interorganizacionais: Uma Análise das Parcerias pelas Organizações Integrantes do Consórcio Social da Juventude	Mestrado	Programa de Pós Graduação em Psicologia	Psicologia	RIBEIRO, Elisa Maria Barbosa de Amorim.	2006
3 Redes de prevenção à violência: da Utopia à ação	Artigo	–	Saúde	NJAINÉ, Kathie et. al.	2007
4 Criança e Adolescente em Situação de Violência Doméstica	Mestrado	Curso de Pós-Graduação em Gestão Urbana	Gestão Urbana	CASTRO, Ana Cristina de.	2007
5 Processos de Acesso, Permanência e Inclusão de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade na Rede Municipal de Ensino de São Carlos.	Mestrado	Programa de Pós-Graduação em Educação	Educação	SOLVA, Glaziela Cristiani.	2008
6 O Trabalho em Rede no Território: A Região Oeste do Município de Maringá-PR	Mestrado	Curso de Pós-Graduação de Serviço Social e Política Social	Serviço Social e Política Social	OLIVEIRA, Maria Cristina Gabriel de.	2009
7 Tecendo Redes de Proteção para Crianças e Adolescentes: Caminhos e Descaminhos na Construção da Condição de Sujeitos de Direitos	Mestrado	Programa de Pós – Graduação em Serviço Social	Serviço Social	HECHLER, Angela Diana	2009

AS REDES POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

8 Causas dos Homicídios de Jovens e a Fragilidade da Rede de Proteção Social em Camaçari	Mestrado	Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano	Desenvolvimento Regional e Urbano	NEVES, Márcio Silva das.	2010
9 Rede de Cuidado da Saúde Mental: Tecendo Práticas de Inclusão no Município de Campina Grande	Mestrado	Programa de Pós – Graduação em Enfermagem	Enferma- Gem	AZEVEDO, Elisângela Braga de.	2010
10 Adolescência e maternidade: analisando a rede social e o apoio social	Mestrado	Programa de Pós – Graduação em Enfermagem em Saúde Pública	Enferma- Gem	BRAGA, Iara Faleiros.	2011
11 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e as Redes de Proteção: Um Estudo Socioambiental na cidade do Rio Grande	Mestrado	Programa de Pós – Graduação em Educação Ambiental.	Educação Ambiental	VEGA, Luciana Barbosa da Silva.	2011
12 Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo.	Mestrado	Programa de Pós – Graduação em Educação.	Educação	BENDINELLI, Rosana Claudia.	2012
13 Doença Crônica na Infância: A Rede e Apoio Social na Perspectiva da Família	Mestrado	Programa de Pós – Graduação em Enfermagem	Enfermagem	ARAÚJO, Yana Balduino de.	2012
14 Configuração da Rede Social de Apoio das Famílias de Crianças e Adolescentes em Tratamento Oncológico	Mestrado	Programa de Pós – Graduação da Faculdade de Serviço Social.	Serviço Social	PIRES, Juliana da Costa.	2013

Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme informações da Biblioteca Nacional de Dissertações e Teses e Scielo.

2 A POLÍTICA SOCIAL E A EDUCAÇÃO

A questão das redes de apoio, trabalho em rede ou articulação em rede tem sido tema recorrente nas mais diversas áreas da política social como educação, saúde e assistência social. (BENDINELLI,

2012; BRAGA, 2011; OLIVEIRA, 2009; PIRES, 2013; SOLVA, 2008).

Para enfrentar esse debate sobre as redes, precisamos primeiramente entender a política social. Conceito complexo que apresenta inúmeras definições. Aqui partimos do princípio da Política Social como produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania inseridos no processo de produção e reprodução do capitalismo. (PEREIRA, 2011; BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Pereira (2011, p. 171) afirma que a política social

[...] Refere-se à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos.

A concepção delineada de Política Social por Pereira (2011) subjaz a perspectiva crítico-dialética que busca compreender o debate do ponto de vista da totalidade. Assim a compreensão das redes de políticas sociais deve estar inscrita nas suas realidades objetivas, considerando suas íntimas e complexas determinações, sob a superfície dos fenômenos, suas conexões internas necessárias a sua apreensão. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Behring e Boschetti (2011), apropriando-se de reflexões de Kosik, afirmam que a política social não deve ser interpretada como fatos em si, mas sim como partes estruturais da realidade, em que a totalidade não é o agregado de todos os fatos, mas a realidade é um todo estruturado, dialético, no qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido, sendo determinado e determinante desse todo.

Alcançar o pensamento da totalidade em sua expressão mais adequada implica em desenvolver teoricamente todas as formas iminentes do movimento da realidade (e que se unificam dialeticamente uma com as outras); e desenvolver tanto este movimento mesmo com o processo, a contradição, a conversão da quantidade em qualidade (salto), a unidade, o desenvolvimento do conteúdo a partir da forma (da essência, a partir da aparência) e, ao mesmo tempo, refazer todas as operações em sentido inverso. (KOFLER, 2010, p. 78).

Compreendida a totalidade não como um agregado de fatos, Kofler (2010) ressalta que a fragmentação do entendimento constitui um limite da sociedade capitalista, extremamente individual, que dificulta a capacidade de fazer a conexão dos fatos individualizados com realidade como um todo estruturado e suas múltiplas determinações, superando-os como fenômenos, de modo a cada vez mais fracionar o objeto e o saber.

Nesse caminho, é preciso compreender as políticas sociais conectadas aos movimentos da totalidade social de modo a compreender qual o sentido da rede de políticas sociais, para superar sua aparência imediata e sua compreensão fragmentada ou unilateral, como mero instrumento, e se alcançar a sua essência num processo de apreensão crítico-dialético.

Como parte desse todo, composto por complexas determinações (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), está a política social de educação regida pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e já no seu artigo primeiro define: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais.” (BRASIL, 1996, p. 1).

É considerada pela LDB como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho devendo ser ofertada dentro do princípio de igualdade de condições para acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996).

Desse modo, é relevante considerar a importante função social que tem a educação na dinâmica da reprodução social, sendo ela um processo constitutivo da vida social. Com a sociedade organizada de forma contraditória, entre os que produzem a riqueza social e aqueles que a expropriam e exploram seus produtores, as formas de reprodução do ser social ganham destaque. Uma vez que este complexo constitutivo assume o caráter de assegurar a reprodução – dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico – reitera ampliada e continuamente as desigualdades entre as classes sociais e as condições necessárias à

acumulação contínua. “Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação.” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2013, p. 16).

Nesse caminho, Tonet (2012) destaca que a função essencial da educação é a formação para o trabalho, pois a exclusão da possibilidade do trabalho teria, nesta forma de sociabilidade, uma função semelhante à excomunhão para os cristãos. Seria a condenação dos indivíduos à morte social, quando não sua própria morte física. A vida do indivíduo, em todas as suas manifestações, é posta sob a ótica do capital.

Nesse processo, compreendemos que para se alcançar os “[...] processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais.” (BRASIL, 1996, p. 1), bem como, os princípios da igualdade das condições de acesso e permanência, sem desconsiderar a produção e reprodução do capital, não são suficientes os esforços restritos à política da educação, mas deve-se perpassar as outras políticas sociais. Essa questão da articulação é reafirmada na política de saúde¹ (BRASIL, 1990), habitação² (BRASIL, 2005), assistência social³ (BRASIL, 1993), dentre outras.

A recorrência do tema articulação em rede na educação se mostrou limitado se comparado à saúde e assistência social que já trazem este debate há algum tempo. Para nortear nosso debate nos questionamos: Quais os sentidos atribuídos às redes de políticas sociais? Quais perspectivas são utilizadas? Há um debate sobre a rede na área da educação?

3 O DEBATE SOBRE AS REDES DE POLÍTICAS SOCIAIS

Neste momento iremos apresentar os resultados da nossa pesquisa com vistas a evidenciar os diversos sentidos atribuídos às redes de políticas sociais, descrevendo as perspectivas utilizadas e identificar se há um debate sobre o tema na área da educação.

AS REDES POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Quadro 2 - Conceitos de rede

Autor	Conceito de rede	Autores utilizados nesse conceito	Quais os termos centrais nesse conceito
GUERRA, (2006); RIBEIRO, (2006); NJAINÉ, et al. (2006); HECHLER, (2009).	São sistemas compostos por nós (na concepção de vínculos) e conexões entre eles, representados por sujeitos sociais, indivíduos, grupos, organizações etc., conectados por algum tipo de relação.	MARTELETO (2001); BARBOSA et. al., (2000); NORMAM e ALEJANDRO, (2005); KERN, (2002).	Nós, conexões, sujeitos sociais, indivíduos, grupos, organizações e relação.
CASTRO, (2007); NJAINÉ, et al. (2006); RIBEIRO, (2006); SOLVA, (2008); BRAGA, (2011); PIRES, (2013).	Conjunto de nós que se encontram interconectados que configuram e determinam os fluxos de informação e comunicação existentes entre essas conexões. São estruturas abertas que podem se expandir infinitamente.	CASTELLS, (1999, 2000, 2002, 2003, 2005); FACHINELL, MOARCON e MOINET, (2001); NORMAM e ALEJANDRO, (2005); CAPRA, (2004).	Nós, informação, comunicação, conexões, estruturas abertas, expansão.
NEVES, (2010); HECHLER, (2009), PIRES, (2013).	Interconexões entre agentes, serviços, mercadorias, organizações, movimentos sociais, comunidades que realizam ações em parceria através de unidades operacionais, as quais são independentes, mas interligadas com relação ao processo, aos objetivos e aos princípios que compartilham que se traduzem em vínculos horizontais que se interconectam.	CASTELLS, (2010); BOURGUIGNON, (2007); GUIMARÃES, (2007); KERN (2006).	Interconexões, agentes, serviços, mercadorias, organizações, movimentos sociais, comunidades, parceria, independência, objetivos, vínculos horizontais.
CASTRO, (2007); OLIVEIRA, (2009); SOLVA, (2008).	Estrutura organizada horizontalmente e como alternativa às organizações piramidais com princípios de colaboração, solidariedade, ajuda mútua e transparência, a concentração de poder é minimizada, pois ele é compartilhado tendo todos o mesmo poder de decisão, o mesmo nível de responsabilidade, que se transforma em corresponsabilidade; circulação livre de informações, estabelecida por uma comunicação fluida.	WHITAKER, (1993, 2001); BORZEL, (1998); AMARAL, (2002); MARTINHO, (2006).	Horizontalidade, colaboração, solidariedade, ajuda mútua, transparência, poder compartilhado, corresponsabilidade, informações, comunicação.

CASTRO, (2007); NJAINE, et. al.(2006).	Uma nova forma de organização suscetível de formar um espaço de poder que permitiria às forças vivas das comunidades locais, aos assalariados e consumidores serem partes presentes nas decisões relativas não somente ao planejamento da cidade, mas também tudo que afete a vida cotidiana e o trabalho.	LAVILLE, (1994); FREY, (2003).	Espaço de poder, comunidades, assalariados, consumidores, decisões, planejamento da cidade, vida cotidiana e trabalho.
BRAGA (2011).	Rede social é constituída por eixos estruturantes que são o trabalho e suas relações e o vínculo social.	CASTEL (1994).	Rede social, trabalho, relações e vínculo social.
BENDINELLI, (2012); CASTRO, (2007); RIBEIRO, (2006);	Proposta de ação espontânea de organização articulada em oposição a uma dimensão formal e instituída.	JUNQUEIRA, (2004); INOJOSA, (1998); PAKMAN, (1995); MESQUITA et al. (2008).	Ação espontânea, organização articulada.
BENDINELLI, (2012).	Redes formais têm o propósito de organizar articulações entre entes, gerando uma nova entidade com papéis e limites bem esclarecidos entre os membros envolvidos.	PAKMAN, (1995).	Redes formais, articulação, nova entidade, papéis e limites.
ARAÚJO, (2012); BENDINELLI, (2012); BRAGA, (2011); CASTRO, (2007); HECHLER, (2009); OLIVEIRA, (2009); PIRES, (2013); RIBEIRO, (2006); SOLVA, (2008).	A rede social pode ser concebida como estrutura social através da qual o apoio é fornecido ao indivíduo. É uma teia de relações que liga os diversos indivíduos que possuem vínculos sociais, propiciando que os recursos de apoio fluam através desses vínculos. Composta pela família, amigos, relações de trabalho, de estudo, de inserção comunitária e de práticas sociais com forte vínculo de pertencimento. Também caracterizada como rede de apoio, rede de apoio social e afetiva, rede interpessoal e rede de suporte social.	SCHERER-WARREN, (1999); CASTELLS (2003); SLUZKI, (1997); SOARES, (2002); GRIEP, (2003); ANTUNES e FONTAINE, (2005); ROCHA e NASCIMENTO, (2008); LOIOLA e MOURA, (1997); BAPTISTA, (2003); COSTA, (2009); LAMPERT, (2009); PAULA, (2005); SIQUEIRA, (2006); DELZARI, PENNA e KAUCHKAJE, (2005); GUERRA, (2006). WALTER UDE, (2002); GAUDÊNCIO, FRIGOTTO e LIA TIRIBA, (2000); COSTA, (2005); INOJOSA, (1998); TURCK, (2002).	Rede social, estrutura social, apoio, indivíduo, teia de relações, vínculos sociais, família, amigos, relações de trabalho, de estudo, de inserção comunitária, pertencimento, rede de apoio, rede interpessoal e rede de suporte social.

AS REDES POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

BENDINELLI, (2012); SOLVA, (2008).	Rede de apoio, enquanto componente organizacional, que envolve a coordenação de equipes e de indivíduos que apoiam uns aos outros em conexões formais e informais, organizados em grupos de serviços que possam ser uma base de apoio mútuo para a formação dos envolvidos;	STAINBACK e STAINBACK, (1990, 1999); SCHAFFNER e BUSWELL, (1999).	Rede de apoio, componente organizacional, coordenação de equipes, indivíduos, conexões formais, informais, grupos de serviços e formação.
CASTRO, (2007); NJAINE, et. al.(2006); OLIVEIRA, (2009).	Alternativa para que se possa tratar da questão social. Envolve os atores do Estado, da sociedade civil e ONGs, entre outros, caminhando coletivamente na direção de uma democracia participativa e inclusiva, propiciando equidade e justiça social;	NJAINE. Kathie et. al., (2006); CASTRO, (2007); DELZARI, PENNA e KAUCHKAJE, (2005); INOJOSA, (1999).	Alternativa, questão social, Estado, sociedade civil, ONGs, democracia participativa e inclusiva, equidade e justiça social.
HECHLER, (2009);	Redes de serviços sócio-comunitários seus protagonistas produzem serviços assistenciais de caráter mutualista;	BAPTISTA, (2003).	Redes de serviços sócio-comunitários, mutualista;
HECHLER, (2009);	Redes setoriais públicas se estruturam a partir do espaço público em função de necessidades tidas como direitos e Redes setoriais privadas têm caráter privado e oferecem serviços de acordo com as leis de mercado;	BAPTISTA, (2003).	Redes setoriais públicas, espaço público, direitos e Redes setoriais privadas, serviços mercado;
RIBEIRO, (2006); CASTRO, (2007).	Rede sócio-institucional são sistemas organizacionais medianamente regulamentados e situados entre os sistemas governamentais e não governamentais;	FONTES e MARTINS, (2004); DELZARI, PENNA e KAUCHKAJE, (2005).	Rede sócio-institucional, sistemas organizacionais regulamentados, governamental e não governamental;
RIBEIRO, (2006);	Rede sócio-técnica estabelecida para suprir a necessidade de planejamento de ações intersetoriais complexas.	FONTES e MARTINS, (2004);	Rede sócio-técnica, planejamento, ações intersetoriais.

HECHLER, (2009); RIBEIRO, (2006); CASTRO, (2007).	Redes de movimentos sociais ou movimentalistas são a articulação entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações e movimentos reivindicatórios para a mobilização de recursos, projetos e políticas;	LOIOLA e MOURA, (1997); BAPTISTA, (2003); DELZARI, PENNA e KAUCHKAJE, (2005).	Movimentos sociais, movimentalistas, articulação, grupos, indivíduos, movimentos reivindicatórios.
CASTRO, (2007); PIRES (2013).	Redes de solidariedade são blocos mais ou menos organizados que buscam não só a identidade, mas a resistência a alternativa da ação e da sociedade existente à medida que esta política se articule com outras redes de forças.	SCHERER-WARREN, (2002). FALEIROS, (2001).	Blocos, identidade, resistência, a alternativa da ação, articulação, redes de solidariedade.
CASTRO, (2007).	Articulação de atores em torno de uma questão disputada, de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética.	FALEIROS, (1999).	Articulação, questão política, social, complexa e dialética.
PIRES (2013).	Na administração pública designa uma cadeia de serviços, com vínculos hierárquicos que eram concebidos a partir de uma relação de dependência.	GIONGO, (2003).	Administração pública, serviços, vínculos hierárquicos, dependência.
AZEVEDO, (2010); VEGA (2011).	As autoras utilizam em toda a sua pesquisa o termo rede, no entanto, não o conceituam.	–	–

Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme informações das várias obras utilizadas neste artigo.

Os dados indicam a recorrência do debate rede nos últimos anos (em média duas dissertações anuais). As pesquisas selecionadas estão relacionadas a uma política social (quase metade tomou o caso da política de saúde) ou a diversas políticas sociais. Duas pesquisas foram realizadas na política de educação, e seis envolveram redes de proteção à violência no âmbito da assistência social, saúde e educação; dessas seis, três, dentro da perspectiva de gestão urbana, análise regional e questão socioambiental.

Os dados apresentados apontam uma diversidade na utilização dos termos e autores, muitos deles aparecem de forma complementar e não se contradizem. Conforme as conceituações apresentadas, muitos termos surgiram, como: rede, redes formais, redes

informais, rede de apoio, rede social, rede de suporte social, rede de apoio social e afetiva, rede interpessoal, redes de serviços sociocomunitários, redes setoriais públicas, redes setoriais privadas, rede socioinstitucional, rede sociotécnica, redes de movimentos sociais, redes movimentalistas e redes de solidariedade.

Pari passu à conceituação das redes, muitos autores as separam em diferentes classificações que muitas vezes têm o mesmo sentido, alterando apenas a configuração do nome, como ocorre com as redes que trabalham na perspectiva de um apoio fornecido pela família, amigos, vizinhos ou qualquer pessoa ou instituição que possui um vínculo com o indivíduo, em que os recursos de apoio são possíveis por esse vínculo estabelecido. Estas foram classificadas como rede social, rede de apoio, rede interpessoal, rede de apoio social e afetivo ou rede de suporte social. (ARAÚJO, 2012; BENDINELLI, 2012; BRAGA, 2011; CASTRO, 2007; HECHLER, 2009; NJAINE, et al., 2006; OLIVEIRA, 2009; PIRES, 2013; RIBEIRO, 2006; SOLVA, 2008).

Na definição de rede, uma palavra se repete: nó. No dicionário da Língua portuguesa (NÓ..., 2013, grifo nosso) nó é definido como “Laço feito de corda ou de coisa semelhante, cujas extremidades passam uma pela outra, apertando-se; [...] articulação das falanges dos dedos; [...] Ponto essencial e difícil; [...] Enlace, vínculo moral; [...] Ponto de interconexão numa rede [...]”.

Esse nó apareceu vinculado a autores como Guerra (2006), Ribeiro (2006), Njaine e outros (2006), e Hechler (2009), com o sentido de vinculação e conexão de sujeitos sociais e organizações que têm algum tipo de relação, baseado nos conceitos de Marteleto - 2001, Barbosa e outros - 2000, Normam e Alejandro - 2005, e Kern - 2002.

De forma complementar a esse conceito Njaine e outros (2006), Ribeiro (2006), Solva (2008), Braga (2011), Pires (2013) e Castro (2007) utilizam o conceito de Castells, publicado em suas obras em 1999, 2002, 2003 e 2005, articulado com conceitos similares em outros autores como Fachinell, Moarcon e Moinet - 2001, Normam e Alejandro - 2005 e Capra - 2004 para descrever a rede como conjunto de nós interconectados que determinam os fluxos de informação e comunicação. O centro do debate, assim, foi a produção de Castells.

Castells (1999a) afirma que é possível uma nova estrutura social marcada pelo funcionamento de redes interligadas, baseado no informacionalismo, novo modo de produção que não substitui o modo de produção capitalista, mas o altera. Baseia suas discussões na teoria Weberiana no que se refere ao espírito do informacionalismo fazendo uma ligação com a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo de Max Weber em que a diversidade de configurações de redes deve-se a diversas expressões culturais existentes dentro de um paradigma desenvolvimentista.

Apresenta a manutenção da ordem burguesa como o fim último, considerando o processo de garantia de direitos como uma consequência dessa manutenção da ordem de forma saudável e do trabalho articulado através das parcerias estabelecidas (CASTELLS, 1999a). Nesse sentido, foge a qualquer perspectiva dialética de compreensão da realidade, analisando a política social de forma unilateral, como única e exclusivamente para a manutenção da ordem social.

A perspectiva de Castells (1999a) vincula a rede à revolução informacional, ligada ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Seu foco é a dimensão técnica, que mascara a responsabilização dos profissionais pelo funcionamento fragmentado das políticas sociais. As dimensões política, ideológica, econômica e cultural são desconsideradas por esse autor. A rede aparece como locus da negociação, da informação, da participação, da corresponsabilização, das relações horizontais e democráticas como se não houvesse conflito, correlação de forças e disputa por projetos antagônicos de sociedade. Desconsideram-se os processos de lutas entre classes sociais no interior do sistema capitalista.

Nessa linha de raciocínio, Neves (2010), Hechler (2009) e Pires (2013) pensam a rede como a interconexão que ocorre entre agentes, serviços, mercadorias, organizações, movimentos sociais e comunidades que compartilham um mesmo objetivo e mantêm vínculos horizontais, perspectiva baseada em Castells - 2010, Bourguignon - 2007, Guimarães - 2007, e Kern - 2006.

Castro (2007), Oliveira (2009) e Solva (2008), a partir da perspectiva traçada por Whitaker - 1993 e 2001, Borzel - 1998, Amaral - 2002 e Martinho - 2006 sobre redes, destacam sua estrutura organizada de forma horizontal em oposição às estruturas hierárquicas de concentração de poder, em que os princípios de colaboração

e solidariedade ganham ênfase ao lado do princípio de corresponsabilidade entre os participantes que também compartilham o poder de decisão. Tal perspectiva não contradiz o caminho que até aqui foi traçado nas pesquisas realizadas, muito pelo contrário, os reafirma através de uma perspectiva que realça a importância individual, desconsiderando a complexidade que envolve as políticas sociais no processo contraditório de produção e reprodução do capitalismo.

Muito articulada com essa lógica de desenvolvimento do capitalismo é a concepção de rede de Laville - 1994 e Frey - 2003, apresentada por Castro (2007) e Njaine e outros (2006), como uma configuração de organização suscetível de formar um espaço de poder que permitiria às forças vivas das comunidades locais, aos assalariados e consumidores serem partes presentes nas decisões relativas não somente ao planejamento da cidade, mas também em tudo que afete a vida. Tal concepção desconsidera a conjuntura política e econômica e responsabiliza o indivíduo no que se refere à transformação social.

Castel - 1994 ressalta que a rede social tem como eixos estruturantes o trabalho, suas relações e o vínculo social (BRAGA, 2011). Concepção que não diverge, mas complementa os conceitos apresentados até aqui.

O caráter de ação espontânea de organização informal articulada em oposição a uma dimensão formal e instituída da rede (Junqueira - 2004, Inojosa - 1998, Pakman - 1995 e Mesquita e outros - 2008) foi destacado por Bendinelli (2012), Castro (2007) e Ribeiro (2006).

Ao mesmo tempo, Bendinelli (2012), baseando-se em Pakman - 1995, afirma que as redes podem ser formais (com o propósito de organizar articulação com o intuito de gerar uma nova entidade com papéis e limites bem esclarecidos), ou seja, trouxe outra dimensão da rede. Apenas neste trabalho é apresentada a rede como articulação com intuito de estabelecer uma nova estrutura formalizada.

Vale frisar que todas as pesquisas analisadas estavam relacionadas à execução de alguma política social ou até mesmo mais de uma, no entanto, poucos desses trabalhos destacaram algum tipo de articulação desses serviços públicos de forma clara ou problematizaram a rede de política social.

O que aparece são as redes setoriais públicas (Baptista - 2003), redes sócio-institucionais (Fontes e Martins - 2004 e Delzari, Penna e Kauchkaje - 2005) e redes sócio-técnicas (Fontes e Martins - 2004) que têm conceitos que se complementam, pois trabalham na questão dos direitos, tanto em organizações governamentais, como não governamentais com ações intersetoriais complexas como alternativa para se tratar a questão social. (CASTRO, 2007; NJAINE et. al., 2006; OLIVEIRA, 2009; HECHLER, 2009; RIBEIRO, 2006).

Outras classificações surgem como as redes de serviços sócio-comunitários de caráter mutualista (Baptista - 2003); Redes de movimentos sociais (Loiola e Moura - 1997, Baptista - 2003 e Delzari, Penna e Kauchkaje - 2005) e redes de solidariedade (Scherer-Warren - 2002 e Faleiros - 2001), que são no geral redes articuladas a movimentos reivindicatórios por direitos, projetos, recursos, como forma de resistência. (HECHLER, 2009; RIBEIRO, 2006; CASTRO, 2007; PIRES, 2013).

A rede como alternativa à questão social na busca pela democracia participativa e inclusiva com equidade e justiça social, surge nos trabalhos de Castro (2007), Njaine e outros (2006) e Oliveira, (2009) que compartilham das concepções Delzari, Penna e Kauchkaje - 2005 e Inojosa - 1999. Tais concepções aparecem sem serem problematizadas nas suas mais profundas dimensões. Outra concepção não aprofundada foi levantada por Castro (2007) a partir de Faleiros - 1999 no qual a rede é a articulação de atores e, em torno de uma questão disputada, ao mesmo tempo política, social, complexa e dialética.

Giongo - 2003, em oposição a todas as outras concepções apresentadas, destaca a rede na administração pública como uma cadeia de serviços cujos vínculos são hierárquicos concebidos a partir de uma relação de dependência (PIRES, 2013), ou seja, segue direção diferente às anteriores que a concebem como estruturas horizontalizadas em que a partilha do poder e do saber se destacam no interior das organizações.

Vale ressaltar que Azevedo (2010) e Vega (2011) utilizam o termo rede no decorrer de suas pesquisas, mas sequer o conceituam ou o questionam, o que impede a compreensão de quais linhas de entendimento que seguem.

3.1 Rede e educação

No que se refere às redes e à política de educação, temos a dissertação de Bendinelli (2012) *Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo no âmbito da educação especial* e a dissertação *Processos de Acesso, Permanência e Inclusão de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade na Rede Municipal de Ensino de São Carlos de Solva* (2008), relacionada a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Para Solva (2008), rede está ligada a estruturas abertas interconectadas com fluxos de informação e comunicação (Castells - 1999), horizontalizadas, em que a solidariedade e a ajuda mútua (Whitaker - 1993) ganham destaque.

Solva (2008) e Bendinelli (2012) partem da concepção de rede de apoio também como um componente organizacional (Stainback e Stainback - 1990 e 1999 e Schaffner e Buswell - 1999) que envolve a coordenação de equipes e indivíduos no intuito de auxiliar o processo de ensino.

Nessa linha de raciocínio, as dissertações sobre política de educação destacam as redes, principalmente seu caráter espontâneo com a participação dos sujeitos sociais e outras organizações do poder público. Apresentam as redes como estruturas disponíveis no processo de inclusão escolar, tanto na educação especial quanto na inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, mas não conseguem superar o imediato para a compreensão de sua interlocução como a totalidade, para apreender as redes na educação como partes estruturais da realidade e não como um agregado de serviços e indivíduos com o fim último a inclusão, como fato em si, desconectado das suas múltiplas determinações.

4 CONCLUSÃO

Em nossa pesquisa identificamos uma diversidade dos termos adotados, termos que convergem para o mesmo sentido, na direção de uma rede entre indivíduos e organizações que têm um propósito comum e estão vinculados por meio de sentimentos de pertença.

Tal rede aponta a família, vizinhos e amigos como importantes atores nas mais diversas políticas sociais, como na educação para a inclusão, na saúde para o tratamento, na assistência social e na área da criança e do adolescente para a proteção e garantia de direitos. As

redes como forma de articulação, interlocução, comunicação, informação, serviços, movimentos sociais, comunidades também apareceram no corpo dos trabalhos. Assim como surgiram trabalhos sem conceitos definidos de rede.

Apesar da diversidade de conceituação do termo rede utilizada, esta se apresenta como insuficiente se nos apropriamos da perspectiva crítica, por ser uma análise centrada na aparência do fenômeno, com ênfase na responsabilização individual no provimento do cuidado e no acesso aos direitos, desconectada de uma perspectiva de totalidade. Deixa-se de fora o essencial: a análise do processo de produção e reprodução social no capitalismo em sua fase atual. Pensa-se a rede como via de garantia a direitos para a manutenção da ordem burguesa. Assim, a não garantia de direitos fica aqui subsumida, o acirramento das contradições das relações capital x trabalho no processo de produção e reprodução do capitalismo.

A discussão do termo rede na perspectiva positivista, que tem Castells (1999a, 1999b) como importante difusor, não é capaz de explicar um fenômeno que é multideterminado e que não pode ser entendido como fato em si, como tem ocorrido. A discussão do termo não perpassa sua vinculação política, ideológica, econômica e cultural.

Em relação à educação, o raciocínio é o mesmo apresentado no decorrer dos trabalhos, não sendo possível identificar uma análise mais aprofundada e crítica sobre os sentidos das redes dentro das políticas sociais.

As duas pesquisas da área de educação encontradas em nosso levantamento demonstram a relevância do aprofundamento do tema na área da educação de modo a se ampliar a perspectiva para além da educação especial, de modo a aprofundar o saber da política de educação articulada a outras políticas sociais setoriais no intuito de se trabalhar dentro do ponto de vista da totalidade, numa análise crítico dialética para que possamos entender os processos que envolvem a perspectiva da rede na educação não de forma unilateral, equívoca ou simplista, mas buscando a apreensão da essência do fenômeno redes de políticas sociais.

Enfatizamos que a questão das redes não é apenas instrumental, como aparece. Além de não haver uma perspectiva crítica de análise das redes nas políticas sociais, a própria forma em que são

estruturadas as políticas sociais influencia na adoção de uma perspectiva de rede sem um aprofundamento dos desdobramentos que acarreta. Isto porque as políticas sociais têm sido implementadas por meio de um processo de restrição do Estado e do provimento de políticas sociais focalizadas e seletivas limitando o processo reflexivo.

Por fim, a concepção de rede adotada reflete a falta de uma perspectiva crítica na definição do conceito. Nota-se que parte da definição dos conceitos foi baseada na apropriação dos discursos advindos de outros espaços sócio-ocupacionais e advém predominantemente da perspectiva de Castells (1999a, 1999b) e são apropriados sem aprofundamento. Mas, além disso, a compreensão da rede, pensada na perspectiva de que o sujeito é histórico social, deve ser debatida junto à crítica da perspectiva de Castells que vem para legitimar a ordem, e esconder a perspectiva de luta social. As redes abarcam a questão instrumental e perpassam a dimensão política, ideológica e econômica.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Y. B. Doença crônica na infância: a rede e apoio social na perspectiva da família. 2012. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- AZEVEDO, E. B. Rede de cuidado da saúde mental: tecendo práticas de inclusão no Município de Campina Grande. 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2.).
- BENDINELLI, R. C. Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BRAGA, I. F. Adolescência e maternidade: analisando a rede social e o apoio social. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem em Saúde Pública, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.

_____. _____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1993.

_____. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

_____. _____. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. O poder da identidade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CASTRO, A. C. Criança e adolescente em situação de violência doméstica: gestão pública e a rede de direitos em Curitiba. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília, DF, 2013. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, n. 3.).

GUERRA, G. M. C. Melhorias nas condições de Vida: análise de uma Rede Social. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação em Saúde) - Programa Mestrado em Educação em Saúde, Universidade de Fortaleza, Ceará, 2006.

HECHLER, A. D. Tecendo redes de proteção para crianças e adolescentes: caminhos e descaminhos na construção da condição de sujeitos de direitos. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço

- Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- KOFLER, L. História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.
- NEVES, M. S. Causas dos homicídios de jovens e a fragilidade da rede de proteção social em Camaçari. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Laureate International Universities, Salvador, 2010.
- NJAINE, K. et. al. Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, supl. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2013.
- NÓ. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa [Online]. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2013. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/no%20_1008688.html>. Acesso em: 4 set. 2013.
- OLIVEIRA, M. C. G. O trabalho em rede no território: a região oeste do Município de Maringá-PR. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Curso de Pós-Graduação de Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- PEREIRA, P. A. P. Política social: temas e questões. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PIRES, J. C. Configuração da rede social de apoio das famílias de crianças e adolescentes em tratamento oncológico. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- RIBEIRO, E. M. B. A. Redes Sociais Interorganizacionais: Uma Análise das Parcerias pelas Organizações Integrantes do Consórcio Social da Juventude. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- SOLVA, G. C. Processos de acesso, permanência e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na Rede Municipal de Ensino de São Carlos. 2008. Dissertação (Mestrado em

Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TONET, I. Educação contra o capital. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VEGA, L. B. S. Exploração sexual de crianças e adolescentes e as redes de proteção: um estudo socioambiental na cidade do Rio Grande. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Porto Alegre, 2011.

NOTAS:

- ¹ A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelece como um dos princípios da saúde a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- ² A Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, estabelece como um dos princípios da habitação a compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social.
- ³ A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, estabelece como um dos princípios da assistência social é a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.